DESAFIOS DA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL POR CRIMES AMBIENTAIS

Autor(res)

Jocelino Tramontin Da Silva
Giovana Budinski De Figueredo

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

Introdução

Muito frequentemente os transgressores da norma ambiental são levados à ideia de impunidade, devido a diversos fatores como, pela falta de mecanismos jurídicos adequados ou recursos humanos e financeiros, a inadequada realização de fiscalização por parte do ente público ou pela dificuldade na identificação e responsabilização dos autores de crimes ambientais.
De igual maneira não só identificar é o problema mas também em muitas situações é ainda mais desafiante a tarefa de atribuir uma penalização proporcional de modo a se lograr de forma eficaz o intuito real de tal ação, seja ela a de educar ou de inibir a conduta irregular.
Outro obstáculo que surge é no campo da jurisdição, tendo em vista que muitos conflitos entre União e Estados podem ocorrer.

Objetivo

O intuito desta obra é mapear as dificuldades enfrentadas pela Justiça Brasileira para identificar os autores de crimes ambientais, assim como para posteriormente responsabilizá-los pelas infrações cometidas. Não se detém a ideia de esgotar o assunto, mas tal tema será objeto de pesquisas futuras, pois percebemos que há muito o que se pesquisar e muito o que se responder.

Material e Métodos

A elaboração desse trabalho se deu através de pesquisa bibliográfica, da seleção e posterior estudo de obras exclusivamente acadêmicas em ambiente virtual, utilizando mecanismo próprio para busca de materiais acadêmicos que discorriam sobre as dificuldades enfrentadas na identificação e responsabilização dos infratores de leis ambientais. Durante essa etapa, foram identificados os principais pontos discutidos em cada artigo relacionados aos desafios da responsabilização penal por crimes ambientais.

Resultados e Discussão

Os trabalhos revisados dão ênfase na complexidade existente na identificação dos responsáveis por crimes ambientais, especialmente no que diz respeito a questões como descarte de resíduos químicos e poluição industrial.
Infelizmente a falta de clareza na legislação ambiental brasileira contribui, de grande maneira, para a dificuldade

na atribuição da responsabilidade.
Tal falta de precisão acaba por gerar interpretações conflitantes, dificultando assim a aplicação consistente e eficaz da lei que, por fim, cria lacunas que, ao serem exploradas, acabam por resultar na impunidade dos infratores.
Outros desafios são o constante conflito de competência entre União e os Estados para julgar crimes ambientais, assim como os longos períodos verificados entre as comunicações de crime por parte do Ibama e Funai e o início das investigações por parte da PF e o MPF.

Conclusão

O princípio do poluidor pagador acaba por tornar rasas as punições impostas tendo em vista a desproporcionalidade encontrada entre o dano ambiental causado e a multa estabelecida, confirmando assim o sentimento de impunidade e levando a repetição das ações ilegais.

Referências

BARRETO, Paulo; ARAÚJO, Elis; BRITO, Brenda. A impunidade de crimes ambientais em áreas protegidas federais na Amazônia. IMAZON-Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2009.

BRITO, BRENDA; BARRETO, PAULO. A eficácia da aplicação da lei de crimes ambientais pelo IBAMA para proteção de florestas no Pará.

GUIMARÃES, Isadora Margarete; FERREIRA, Kairllane Mourão; DA SILVA, Lucas Deboni. RESPONSABILIDADE PENAL DAS COMPANHIAS DE MINERAÇÃO E OS MECANISMOS QUE O ESTADO POSSUI PARA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS COMETIDOS POR MINERADORES. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 11, p. 1347-1367, 2022.